ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

PORTARIA

PORTARIA Nº 25/2026 – SME/PMP

Institui, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Piancó – PB, fluxo padronizado de acolhimento, registro, comunicação e encaminhamento de situações suspeitas ou confirmadas de violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PIANCÓ – PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431/2017 e o Decreto Federal nº 9.603/2018, que estabelecem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.164/2021, que inclui a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.344/2022, que estabelece mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.811/2024, que dispõe sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 12.914/2023, que dispõe sobre a disponibilização, pelas escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba, de formulário para denúncia de violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.270/2017, que institui, no Município de Piancó, a Campanha Agosto Lilás e o Programa Maria da Penha Vai à Escola;

CONSIDERANDO as disposições do Regimento Escolar Geral da Rede Municipal de Ensino de Piancó relativas à proteção integral dos estudantes e à articulação com os órgãos da rede de proteção,

CONSIDERANDO o art. 12, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB, com redação dada

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

pela Lei Federal nº 15.231/2025, que estabelece o dever dos estabelecimentos de ensino de notificar ao Conselho Tutelar ocorrências e dados relativos a casos de violência que envolvam seus alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Piancó – PB, o fluxo padronizado de acolhimento, registro, comunicação e encaminhamento de situações suspeitas ou confirmadas de violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas identificadas ou relatadas no âmbito das unidades escolares.

Art. 2º. Ao identificar indícios de violência ou receber relato espontâneo, o profissional da educação deverá:

I – acolher a pessoa de forma respeitosa, reservada, humanizada e sem julgamento;

II – evitar interrogatórios, questionamentos repetitivos ou qualquer conduta que possa causar constrangimento ou revitimização;

III – comunicar o fato à gestão da unidade escolar, preservado o sigilo;

IV – registrar de forma objetiva apenas as informações necessárias e as providências adotadas;

V – preservar a identidade, a intimidade e os dados pessoais das pessoas envolvidas.

Parágrafo único. Compete aos órgãos legalmente responsáveis a investigação dos fatos, não cabendo à unidade escolar realizar investigação própria, produzir provas ou confrontar vítima e possível agressor.

Art. 3º. Quando a situação envolver criança ou adolescente do sexo feminino menor de 18 (dezoito) anos, a direção da unidade escolar deverá:

I – garantir acolhimento e proteção imediata;

II – comunicar o caso ao **Conselho Tutelar**, na forma da legislação vigente;

III – acionar, quando necessário, os serviços de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública ou demais órgãos integrantes da rede de proteção;

IV – comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Esportes os encaminhamentos realizados, preservado o sigilo;

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

V – assegurar, no âmbito escolar, medidas destinadas à proteção, permanência e continuidade da trajetória educacional da estudante.

Parágrafo único. Havendo risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança ou adolescente, deverão ser acionados imediatamente os serviços de emergência e as autoridades competentes.

Art. 4º. Quando a situação envolver mulher maior de idade, com 18 (dezoito) anos ou mais, a unidade escolar deverá realizar acolhimento reservado e humanizado, preservando sua privacidade e prestando informações sobre seus direitos, os serviços disponíveis e os canais integrantes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

§ 1º. A mulher deverá ser informada acerca dos meios disponíveis para busca de proteção e realização de denúncia, respeitada sua autonomia, sem prejuízo das hipóteses de comunicação obrigatória expressamente previstas em lei.

§ 2º. Quando a mulher apresentar **denúncia formal por meio do formulário previsto na Lei Estadual nº 12.914/2023**, a documentação deverá ser recebida com garantia de privacidade e **entregue à direção e à coordenação pedagógica da unidade escolar**, que procederão ao encaminhamento às autoridades competentes, observado o sigilo das informações.

§ 3º. Havendo risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher, situação de emergência ou violência em curso, deverão ser acionados imediatamente os serviços de emergência e as autoridades competentes.

§ 4º. Na hipótese de mera suspeita, sem relato ou manifestação da mulher e inexistindo situação emergencial, a unidade escolar não realizará investigação própria, devendo disponibilizar acolhimento, informação e orientação para acesso à rede de atendimento, ressalvadas as hipóteses em que a comunicação seja obrigatória por disposição legal.

Art. 5º. As unidades escolares deverão disponibilizar, **no ato da matrícula**, o Formulário de Denúncia de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher à **genitora ou responsável legal do estudante,** assegurando-lhe o preenchimento individual, isolado e reservado.

§ 1º. A realização da matrícula por meio eletrônico não dispensa a disponibilização do formulário.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

§ 2º. Concomitantemente à matrícula, serão disponibilizadas informações sobre medidas, canais e serviços de prevenção, proteção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 6º. Toda informação e documentação referente aos casos tratados nesta Portaria terá caráter sigiloso e deverá ser mantida em arquivo específico e de acesso restrito, físico ou digital, vedada sua divulgação ou disponibilização a pessoas estranhas ao atendimento e às providências de proteção, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

I – orientar as unidades escolares quanto à aplicação desta Portaria;

II – promover a articulação com Conselho Tutelar, Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Ministério Público e demais órgãos da rede de proteção;

III – promover ações de orientação e formação dos profissionais da Rede Municipal;

IV – acompanhar a aplicação do fluxo instituído por esta Portaria;

V – adotar ou disponibilizar modelo padronizado do formulário previsto na legislação estadual.

Art. 8º. Integram esta Portaria: Anexo I – Fluxo Simplificado de Acolhimento, Registro, Comunicação e Encaminhamento de Situações de Violência contra Mulheres e Meninas; Anexo II – Formulário Sigiloso de Denúncia de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piancó – PB, 29 de outubro de 2026.

DAIANY EVANGELISTA DE SOUZA VIEIRA LEMOS
Secretária Municipal de Educação e Esportes

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

PORTARIA Nº 25/2026 – SMEE-PMP

ANEXO I

FLUXO SIMPLIFICADO DE ACOLHIMENTO, REGISTRO, COMUNICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO OU RELATO

Profissional identifica indício de violência ou recebe relato espontâneo.

2. ACOLHIMENTO

Ouvir com respeito e privacidade.
Não interrogar.
Não investigar.
Não solicitar repetição desnecessária do relato.
Preservar o sigilo.

3. COMUNICAÇÃO À GESTÃO ESCOLAR

O profissional comunica imediatamente à direção ou responsável pela gestão da unidade.

4. REGISTRO

Registrar objetivamente as informações necessárias e as providências adotadas.

5. IDENTIFICAR O FLUXO APLICÁVEL

MENINA/CRIANÇA OU ADOLESCENTE MENOR DE 18 ANOS

Comunicação ao Conselho Tutelar.
Acionamento da rede de proteção conforme a necessidade.
Em caso de risco imediato ou emergência: acionamento imediato das autoridades e serviços competentes.
Comunicação à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, preservado o sigilo.

MULHER MAIOR DE IDADE – 18 ANOS OU MAIS

Acolhimento e orientação sobre direitos e serviços disponíveis.
Respeito à sua autonomia.
Se houver denúncia formal pelo formulário previsto na legislação estadual: encaminhamento às autoridades competentes.
Se houver risco atual, iminente ou emergência: acionamento imediato dos serviços e autoridades competentes.
Em mera suspeita, sem manifestação da mulher e sem emergência: não investigar; orientar e disponibilizar acesso à rede, ressalvada obrigação legal específica.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

6. ACOMPANHAMENTO

A escola e a Secretaria acompanharão os aspectos educacionais e de proteção que sejam de sua competência, mantendo articulação com a rede responsável e preservando a dignidade, a privacidade e a segurança da pessoa atendida.

PORTARIA Nº 25/2026 – SMEE-PMP

ANEXO II

FORMULÁRIO SIGILOSO DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Lei Estadual nº 12.914, de 29 de novembro de 2023

Unidade Escolar:

Data: _____/ _____/ _____.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

Este formulário é destinado à **genitora ou responsável legal pelo estudante** e deverá ser disponibilizado de forma individual e reservada. **O preenchimento é voluntário.** A decisão de não preencher este formulário **não interfere na matrícula, permanência ou atendimento do estudante na unidade escolar**.

As informações prestadas serão tratadas de forma **sigilosa e reservada**, com acesso restrito aos profissionais responsáveis pelo encaminhamento. Nos termos da Lei Estadual nº 12.914/2023, quando houver denúncia registrada neste formulário, o documento deverá ser entregue à **Direção e à Coordenação Pedagógica da unidade escolar**, para encaminhamento às autoridades competentes.

1. IDENTIFICAÇÃO DA MULHER

Nome completo:

Nome social, se houver:

Idade:

Telefone para contato seguro:

Há algum horário em que seja mais seguro entrar em contato?

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

Relação com o estudante:

( ) Mãe
( ) Avó
( ) Responsável legal
( ) Outra: _____-
_____

Nome do estudante:

Turma/Ano:

2. SOBRE A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Você deseja comunicar que está vivenciando ou vivenciou situação de violência doméstica ou familiar?

( ) Sim

( ) Não

( ) Prefiro não responder

Caso tenha respondido SIM, assinale a(s) forma(s) de violência que identifica:

( ) Violência física
( ) Violência psicológica
( ) Violência moral
( ) Violência sexual
( ) Violência patrimonial
( ) Ameaças
( ) Perseguição
( ) Outra: _____
_____

Qual é a relação da pessoa apontada como agressora com você?

( ) Cônjuge/companheiro(a)
( ) Ex-cônjuge/ex-companheiro(a)
( ) Namorado(a)
( ) Ex-namorado(a)
( ) Pai/mãe
( ) Filho(a)
( ) Irmão(ã)
( ) Outro familiar
( ) Outra relação: _____
_____

3. VERIFICAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO

Neste momento, você considera que está em situação de perigo ou risco imediato?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei informar

Houve ameaça de morte?

( ) Sim
( ) Não
( ) Prefiro não responder

A pessoa apontada como agressora possui ou tem acesso a arma de fogo ou outro tipo de arma?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

Alguma criança ou adolescente também pode estar em situação de risco?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

A violência vem se tornando mais frequente ou mais grave?

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei

4. RELATO

Caso se sinta confortável, descreva brevemente a situação. Não é necessário fornecer detalhes que lhe causem sofrimento ou constrangimento.

5. NECESSIDADE DE APOIO

Você gostaria de receber orientação sobre os serviços da rede de atendimento e proteção à mulher?

( ) Sim
( ) Não

Existe alguma forma específica ou mais segura de entrar em contato com você?

IMPORTANTE

Em situação de emergência ou risco imediato, ligue 190 – Polícia Militar.

Para informações, orientação e denúncias de violência contra a mulher, está disponível o **Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher**.

6. CIÊNCIA DA DECLARANTE

Declaro que fui informada de que:

- o preenchimento deste formulário é voluntário;
- as informações serão tratadas de forma sigilosa;
- a escola não realizará investigação dos fatos relatados;
- ao formalizar a denúncia por meio deste formulário, o documento será entregue à Direção e à Coordenação Pedagógica e encaminhado às autoridades competentes, nos termos da Lei Estadual nº 12.914/2023.

Piancó – PB, ____ de _____ de _____.

Assinatura da declarante:

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
Secretaria – Chefe de Gabinete do Prefeito

Diário oficial

Serviço de Divulgação dos Atos Institucionais Do Município

Criado pela Lei Municipal n° 384/77, publicada no DOE/ PB de 5 de maio de 1977.

Ano MMXXVI – Edição Extra, 29 de outubro de 2026

USO EXCLUSIVO DA UNIDADE ESCOLAR

Esta parte não deverá ser preenchida pela denunciante.
Data de recebimento: ____/____/_____.
Horário: _____.

Recebido por:

Função:

( ) Direção
( ) Coordenação Pedagógica

( ) Outro: _____

Direção escolar cientificada em:
____/____/_____ às _____

Coordenação Pedagógica cientificada em:
____/____/_____ às _____

ENCAMINHAMENTO REALIZADO

Órgão/autoridade para o qual o documento foi encaminhado:

Data do encaminhamento: _____/____/_____
Horário: _____
Forma de encaminhamento: _____
_____

Número de protocolo/ofício, se houver:
_____
_____

Outras providências adotadas:

Responsável pelo encaminhamento:

Nome:

Cargo/Função:

Assinatura:

DOCUMENTO SIGILOSO – ACESSO RESTRITO

As informações constantes neste formulário deverão ser preservadas e utilizadas exclusivamente para as providências de proteção e encaminhamento legal cabíveis.